

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019

(Do Sr. ASSIS CARVALHO)

Requer informações acerca de dados do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Educação as seguintes informações:

a) qual o montante de recursos destinados pelo governo federal mês a mês, entre janeiro de 2018 e novembro de 2019, para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)? (Discriminar por nível e modalidade de ensino);

b) qual o número de jovens e adultos beneficiados pelo programa, por idade e local de moradia?;

c) em quais instituições de ensino superior os alunos foram ou estão matriculados?;

d) em quantos e quais municípios foram realizados cursos nesse período?;

e) quantas foram e quais os valores das bolsas financiadas pelo Pronera? (Discriminar por categoria)

f) foram adotadas medidas administrativas necessárias para a realização de novos cursos no âmbito do PRONERA, como preconiza a Recomendação nº 11/2019/PFDC/MPF, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão?

g) quantos e quais foram os cursos cujo início foi suspenso em 2019?

h) dos cursos cujo início foi suspenso em 2019, quantos e quais retomaram as atividades?

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) nasceu em 1998, com o objetivo de criar e consolidar uma política pública de educação do campo que atendesse os jovens do espaço rural, com metodologias voltadas para a especificidade do campo.

Assim, utiliza-se do regime de alternância.

A notícia da suspensão de cursos e queda do investimento no programa inquietou os educadores e suscitou, inclusive, manifestação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

É importante que o Congresso Nacional acompanhe essa importante política pública de forma a exercer seu papel de fiscalização e de contribuição para o aprimoramento das ações do Poder Público.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado ASSIS CARVALHO